

B O L E T I M

MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



5.º SUPLEMENTO AO BOLETIM MUNICIPAL N.º 1609

SUMÁRIO

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

CÂMARA MUNICIPAL

Deliberações

Reunião de Câmara realizada em 4 de dezembro de 2024:

- Voto de Solidariedade n.º 6/2024 (Subscrito pelo Sr. Presidente, pelo Vice-presidente, pelos Vereadores do CDS/PP, do PPD/PSD e pela Vereadora Independente NTL) - Aprovou o Voto de Solidariedade para com o Povo Palestino e o Povo Israelita e pela Paz do Médio Oriente, nos termos do Voto
pág. 1980 (504)

- Proposta n.º 342/2024 (Subscrita pelo Sr. Presidente)
- Aprovou os termos da colaboração entre o Município de Lisboa e a Teatro da Garagem - Cooperativa de Responsabilidade, Limitada, CRL, para 2024 e 2025, bem como a respetiva minuta e transferência de verba, nos termos da proposta
pág. 1980 (505)

- Proposta n.º 745/2024 (Subscrita pelo Sr. Presidente)
- Aprovou a atribuição de apoio financeiro a diversas entidades da área da Cultura, no âmbito do RAAML e as correspondentes Minutas de Contrato-programa, bem como a decisão de não atribuição, nos termos da proposta
pág. 1980 (513)

- Proposta n.º 746/2024 (Subscrita pelo Sr. Presidente)
- Aprovou submeter à apreciação da Assembleia Municipal a aquisição de uma parcela de terreno com a área de 8801 m², sita ao Sítio da Pontinha, freguesia de Carnide, bem como a sua subsequente e parcial afetação ao domínio público municipal, nos termos da proposta
pág. 1980 (732)

- Proposta n.º 747/2024 (Subscrita pelo Sr. Presidente)
- Aprovou submeter à apreciação da Assembleia Municipal regularizações patrimoniais relacionadas com permutas de parcelas de terreno com particulares que envolvem alterações dominiais, nos termos da proposta
pág. 1980 (732)

- Proposta n.º 748/2024 (Subscrita pelo Sr. Presidente)

- Aprovou as condições de concretização do realojamento dos ocupantes municipais pela libertação do Complexo do Baluarte do Livramento, no âmbito da expropriação para «Expansão da Rede de Metro de Lisboa - Linha Vermelha, até Alcântara», nos termos da proposta
pág. 1980 (583)

- Proposta n.º 751/2024 (Subscrita pelo Vice-presidente Filipe Anacoreta Correia e pela Vereadora Filipa Roseta)

- Aprovou submeter à deliberação da Assembleia Municipal as Minutas de um conjunto de Aditamentos a Contratos de Mandato em vigor, bem como as Minutas de três novos Contratos de Mandato, a celebrar com a sociedade «Lisboa Ocidental SRU», a assunção dos respetivos compromissos plurianuais e a consequente repartição de encargos, nos termos da proposta
pág. 1980 (732)

- Proposta n.º 752/2024 (Subscrita pelo Vice-presidente Filipe Anacoreta Correia)

- Aprovou a aplicação de sanção disciplinar no âmbito do Processo Disciplinar n.º 90/2023 PDI, nos termos da proposta
pág. 1980 (584)

- Proposta n.º 753/2024 (Subscrita pela Vereadora Joana Almeida)

- Aprovou o Projeto de arquitetura para obras de alteração exteriores da fração H, correspondente ao lado esquerdo, do 1.º andar, do prédio da Rua Rodrigues Sampaio, 27/35, na freguesia de Santo António, que constitui o Processo n.º e-EDI/2024/397, nos termos da proposta
pág. 1980 (585)

- Proposta n.º 755/2024 (Subscrita pela Vereadora Joana Almeida)

- Aprovou, condicionado, o projeto de arquitetura para obras de alteração com ampliação, a realizar no prédio da Avenida Almirante Reis, 205/205-E, Alameda Dom Afonso Henriques, 35/35-D e Rua Quirino da Fonseca, 28/28-B, na freguesia de Arroios, que constitui o Processo n.º e-EDI/2023/1139, nos termos da proposta
pág. 1980 (585)

- Proposta n.º 756/2024 (Subscrita pela Vereadora Joana Almeida)

- Aprovou o Projeto de arquitetura da obra de construção com demolição e a realizar no prédio, sito Rua da Cozinha Económica, 16/28, na freguesia de Alcântara, constante do Processo n.º 1475/EDI/2018, nos termos da proposta
pág. 1980 (587)

- Proposta n.º 757/2024 (Subscrita pela Vereadora Joana Almeida)

- Aprovou submeter à aprovação da Assembleia Municipal a prorrogação do prazo de vigência da Operação de Reabilitação Urbana Simples correspondente à Área de Reabilitação Urbana de Lisboa, constante da Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa 2011-2024, nos termos da proposta
pág. 1980 (732)

- Proposta n.º 760/2024 (Subscrita pela Vereadora Filipa Roseta)

- Aprovou o Concurso Extraordinário do Programa de Renda Acessível, com requisitos específicos, nos termos da proposta
pág. 1980 (588)

- Proposta n.º 761/2024 (Subscrita pela Vereadora Filipa Roseta, pela Vereadora Paula Marques, pela Vereadora Floresbela Pinto e pelo Vereador Rui Franco)

- Aprovou o Concurso do Programa de Renda Acessível com requisitos específicos para pessoas com mobilidade condicionada, nos termos da proposta
pág. 1980 (589)

- Proposta n.º 762/2024 (Subscrita pela Vereadora Filipa Roseta)

- Aprovou a ratificação do ato praticado na pendência do Procedimento, de aprovação da nova fórmula de revisão de preços ao abrigo do Decreto-Lei n.º 36/2022, de 20 de maio, a despesa que decorre da revisão de preços ordinária definitiva dos Autos n.ºs 1 a 19 e provisória dos Autos n.ºs 20 a 24 (2.ª revisão de preços) e da revisão de preços extraordinária definitiva dos Autos n.ºs 1 a 25 e provisória do Auto n.º 26 (3.ª revisão de preços), da Empreitada n.º 36/DMMC/DHM/DPH/2020 - «Requalificação de espaço público e edificado da Vila Romão da Silva, Rua Professor Sousa da Câmara, 1/10 e 140/148, Campolide», nos termos da proposta
pág. 1980 (590)

- Proposta n.º 763/2024 (Subscrita pela Vereadora Filipa Roseta e pela Vereadora Sofia Ataíde)

- Aprovou a adjudicação da nominada Empreitada n.º 1/DMMC/DHM/DPH/2024 - «Hotel Social de Lisboa - Resposta Social de Alojamento Urgente e Temporário» - Processo n.º 0020/CP/DGES/ND/2024, a alteração da repartição de encargos com a consequente alteração dos correlacionados compromissos plurianuais, a designação do Gestor do Contrato, a Minuta do Contrato e a realização da notificação de adjudicação, nos termos da proposta
pág. 1980 (594)

- Proposta n.º 764/2024 (Subscrita pela Vereadora Filipa Roseta)

- Aprovou a alteração da repartição de encargos da Empreitada n.º 18/CPI/EPPGDL/18 - «execução dos túneis de drenagem da cidade de Lisboa e intervenções associadas», com a consequente assunção do compromisso plurianual, nos termos da proposta
pág. 1980 (600)

- Proposta n.º 765/2024 (Subscrita pela Vereadora Filipa Roseta)

- Aprovou a despesa que decorre da revisão de preços, definitiva dos Autos n.ºs 1 a 34 e provisória dos Autos n.ºs 35 e 36, da Empreitada n.º 18/CPI/EPPGDL/18 - «Empreitada de execução dos túneis de drenagem da cidade de Lisboa e intervenções associadas», nos termos da proposta
pág. 1980 (601)

- Proposta n.º 766/2024 (Subscrita pela Vereadora Filipa Roseta)

- Aprovou a 10.ª Modificação Objetiva do Contrato da Empreitada n.º 18/CPI/EPPGDL/18 - «Empreitada de execução dos túneis de drenagem da cidade de Lisboa e intervenções associadas», a despesa associada e a correspondente Minuta do Contrato a celebrar com o contraente privado, nos termos da proposta
pág. 1980 (603)

- Proposta n.º 767/2024 (Subscrita pela Vereadora Filipa Roseta)

- Aprovou a ratificação da decisão de aprovação da lista de erros e omissões, que deu origem à alteração das peças do procedimento e aos pedidos de esclarecimentos

que conduziram à prorrogação de prazo para apresentação de propostas, a adjudicação da nominada Empreitada n.º 2/DMMC/DHM/DPH/2022 - «Empreitada de habitação coletiva no Lote G2, do Paço do Lumiar, no âmbito do PRR» - (Processo n.º 0002/CPI/DGES/ND/2024), a alteração da repartição de encargos com a consequente alteração dos correlacionados compromissos plurianuais, a designação do Gestor do Contrato, a Minuta do Contrato e a realização da notificação de adjudicação, nos termos da proposta
pág. 1980 (611)

- Proposta n.º 768/2024 (Subscrita pela Vereadora Filipa Roseta) - Aprovou a despesa que decorre da revisão de preços definitiva dos Autos n.ºs 1 a 23, dos Autos n.ºs 1 e 4 da 1.ª MOC, dos Autos n.ºs 1 a 3 da 2.ª MOC, do Auto n.º 1 da 3.ª MOC, dos Autos n.ºs 1 e 2 da 4.ª MOC e provisória dos Autos n.ºs 24 a 28, do Auto n.º 5 da 2.ª MOC, do Auto n.º 2 da 3.ª MOC e dos Autos n.ºs 3 a 5 da 4.ª MOC, da Empreitada n.º 100/DMMC/DIOA/DGI/19 - «Requalificação dos espaços exteriores da Praça Marechal Humberto Delgado - Sete Rios», nos termos da proposta
pág. 1980 (612)

- Proposta n.º 769/2024 (Subscrita pela Vereadora Filipa Roseta) - Aprovou a ratificação do ato praticado na pendência do Procedimento de aprovação da nova fórmula da revisão de preços ao abrigo do Decreto-Lei n.º 36/2022, de 20 de maio, a despesa que decorre da revisão de preços extraordinária definitiva dos Autos n.ºs 1 a 28, dos Autos n.ºs 1 a 11, da 1.ª MOC, do Auto n.º 1 da 2.ª MOC e provisória do Auto n.º 29, da Empreitada n.º 3/DMMC/DHM/DPH/2019 - «PRESS - Programa de Reconversão de Edifícios da Segurança Social - Alameda Afonso Henriques, 82 / Avenida Manuel da Maia, 40 - Residência de Estudantes - UNL», nos termos da proposta
pág. 1980 (614)

- Proposta n.º 770/2024 (Subscrita pela Vereadora Filipa Roseta) - Aprovou a ratificação do ato praticado na pendência do procedimento, de aprovação da nova fórmula de revisão de preços ao abrigo do Decreto-Lei n.º 36/2022, de 20 de maio, à despesa que decorre da revisão de preços extraordinária definitiva dos Autos n.ºs 1 a 4 e provisória dos Autos n.ºs 5 e 6 (englobando a revisão de preços extraordinária definitiva dos Autos n.ºs 1 e 2), da Empreitada n.º 29/DMMC/DEM/DPCE/21 - Obra de construção da EB1 do Parque das Nações, nos termos da proposta
pág. 1980 (618)

- Proposta n.º 771/2024 (Subscrita pela Vereadora Filipa Roseta) - Aprovou a despesa e a sua realização que decorre da revisão de preços definitiva dos Autos n.ºs 1 a 21 e definitiva das 1.ª e 2.ª MOC da Empreitada n.º 18/UCT/UITC/2019 - «Requalificação do espaço de utilização pública do Bairro São João de Brito - Alvalade», nos termos da proposta
pág. 1980 (622)

- Proposta n.º 772/2024 (Subscrita pela Vereadora Joana Oliveira Costa) - Aprovou a transferência de verba para a Associação Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo de Lisboa e respetiva Minuta de Protocolo de Cooperação, nos termos da proposta
pág. 1980 (623)

- Proposta n.º 773/2024 (Subscrita pela Vereadora Joana Oliveira Costa) - Aprovou e submeter à Assembleia Municipal a alteração ao Regulamento Geral dos Mercados Municipais de Lisboa, nos termos da proposta
pág. 1980 (732)

- Proposta n.º 777/2024 (Subscrita pelo Vereador Ângelo Pereira) - Aprovou a atribuição de apoio financeiro ao Clube Atlético e Cultural (CAC), no âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo para Desenvolvimento da Atividade Desportiva Regular (ADR), época desportiva 2023/2024, apoio suplementar e extraordinário, bem como a Minuta de Contrato-programa de Desenvolvimento Desportivo e Minuta de Acordo de Tratamento de Dados (ATD), nos termos da proposta
pág. 1980 (631)

- Proposta n.º 778/2024 (Subscrita pelo Vereador Ângelo Pereira) - Aprovou a atribuição de apoio não financeiro a 3 (três) associações e clubes, com vista à organização de eventos desportivos, de âmbito nacional e internacional em 2023, nos termos do RAAML, nos termos da proposta
pág. 1980 (632)

- Proposta n.º 779/2024 (Subscrita pelo Vereador Ângelo Pereira) - Submeteu à aprovação da Câmara Municipal a celebração de Contrato de fornecimento de água para reutilização (ApR), com a Águas do Tejo Atlântico, nos termos da proposta
pág. 1980 (636)

- Proposta n.º 780/2024 (Subscrita pelo Vereador Ângelo Pereira) - Aprovou a atribuição de apoio de âmbito financeiro, nos termos do RAAML, ao Câmara Lisboa Clube, com vista à cedência da gestão do Centro de Ténis de Monsanto, bem como aprovou a correlativa Minuta de Contrato-programa de Desenvolvimento Desportivo e de Acordo de Tratamento de Dados, nos termos da proposta
pág. 1980 (648)

- Proposta n.º 786/2024 (Subscrita pelo Vereador Ângelo Pereira) - Aprovou a atribuição de apoio financeiro a 5 (cinco) Clubes e Associações do Movimento Associativo Concelhio, no âmbito do EIXO G, MEDIDA 14, nos termos do Programa Municipal de Apoio ao Desporto (PMAD), de acordo com as regras gerais do Regulamento de Atribuição de Apoios do Município de Lisboa (RAAML), nos termos da proposta
pág. 1980 (673)

- Proposta n.º 787/2024 (Subscrita pelo Vereador Ângelo Pereira) - Aprovou a atribuição de apoio financeiro ao Operário Futebol Clube de Lisboa, nos termos do Programa Municipal de Apoio ao Desporto (PMAD), no âmbito do EIXO E, MEDIDA 11, de acordo com as regras gerais do Regulamento de Atribuição de Apoios do Município de Lisboa (RAAML), bem como aprovou a Minuta de Contrato-programa de Desenvolvimento Desportivo (CPDD) e correlativo Acordo de Tratamento de Dados (ATD), nos termos da proposta
pág. 1980 (692)

- Proposta n.º 791/2024 (Subscrita pela Vereadora Sofia Ataíde) - Aprovou o início do Procedimento de alteração do Regulamento do Conselho Municipal para a Inclusão das Pessoas com Deficiência, para efeitos de participação de eventuais interessados, nos termos da proposta.
pág. 1980 (710)

- Proposta n.º 792/2024 (Subscrita pela Vereadora Sofia Ataíde) - Aprovou a atribuição de apoio financeiro à Ares do Pinhal - Associação de Recuperação de Toxicodependentes, bem como o Contrato-programa respetivo, no âmbito da manutenção em funcionamento, em Lisboa, de um Programa de Consumo Vigiado em Unidade Fixa, nos termos da proposta pág. 1980 (710)

- Proposta n.º 793/2024 (Subscrita pela Vereadora Sofia Ataíde) - Aprovou os valores referentes a novo acerto da terceira prestação, do ano letivo 2023/2024, do Contrato de Delegação de Competência celebrado com a Junta de Freguesia de Benfica, no âmbito do fornecimento de refeições escolares e gestão dos respetivos refeitórios. Submeteu à Assembleia Municipal, a autorização para a celebração de Adenda, e respetiva Minuta, ao Contrato de Delegação de Competências, nos termos da proposta pág. 1980 (732)

- Proposta n.º 794/2024 (Subscrita pela Vereadora Sofia Ataíde) - Aprovou a celebração de Protocolo com a Associação das Orquestras Sinfónicas Juvenis Sistema Portugal, bem como a realização da despesa e a respetiva minuta, no âmbito da Orquestra Geração Sistema Portugal - Lisboa - 1.º período do ano letivo 2024/2025, nos termos da proposta pág. 1980 (719)

- Proposta n.º 795/2024 (Subscrita pela Vereadora Sofia Ataíde) - Aprovou os valores respeitantes a acordos, referentes a Medida de Ação Social Escolar, para o ano económico de 2024, no âmbito dos Contratos de Delegação de Competências celebrados com as Freguesias de Benfica, Campolide, Carnide, Estrela, Olivais, Parque das Nações e Campo de Ourique, relativo ao fornecimento de refeições escolares e gestão dos respetivos refeitórios, bem como submeteu à Assembleia Municipal, a autorização para a celebração de Adendas, e respetivas Minutas, nos termos da proposta pág. 1980 (732)

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

CÂMARA MUNICIPAL

Deliberações

Reunião de Câmara realizada em 4 de dezembro de 2024:

A Câmara Municipal de Lisboa, reunida no dia 4 de dezembro de 2024, deliberou aprovar o seguinte Voto de Solidariedade e as seguintes Propostas, que lhe foram presentes e que tomaram a forma de Deliberações, como se seguem:

- Voto de Solidariedade n.º 6/CM/2024 - Subscrito pelo Sr. Presidente, pelo Vice-presidente Filipe Anacoreta Correia, pelos Vereadores do CDS/PP, do PPD/PSD e pela Vereadora Independente NTL:

Solidariedade para com o Povo Palestino e o Povo Israelita e pela Paz do Médio Oriente

A 7 de outubro de 2023, o mundo parou com a surpresa de um ataque levado a cabo pelo Hamas em território israelita, que resultou na morte de quase 800 civis e na captura de mais de 250 reféns israelitas, dos quais cerca de 60 já perderam a vida.

Em resposta a este ataque, Israel iniciou uma incursão militar terrestre que ainda hoje dura e que já causou dezenas de milhares de mortos, entre estes civis.

Aproximando-nos do dia 29 de novembro, em que a Organização das Nações Unidas assinala o Dia Internacional de Solidariedade com o Povo Palestino, é premente juntar a nossa voz a esta ocasião.

Impõe-se - após mais de um ano de uma guerra que se estendeu também ao sul do Líbano - não apenas recordar a injusta morte de milhares de civis palestinos, como também reafirmar o necessário compromisso que ambas as partes do conflito devem ter na procura de uma resolução que assegure a paz e a concórdia.

A paz nunca será alcançada através de uma apologia ao terrorismo (por vezes disfarçado pelas palavras de ordem de movimentos ditos libertadores), como também não poderá encontrar-se uma solução perpetuando o conflito armado.

Essa paz é necessária para que ambas as partes encontrem um chão-comum a partir do qual o diálogo possa emergir, evitando uma escalada do conflito a nível regional. Exige-se hoje que se leve a sério a solução dos dois Estados.

Exige-se, mais do que nunca, um cessar-fogo na Faixa de Gaza e no Líbano, assim como o respeito expresso pela existência do Estado de Israel. Em suma, a coexistência pacífica, em nome do povo palestino e do povo israelita.

O acordo de cessar-fogo anunciado pelo Primeiro-ministro israelita, Benjamin Netanyahu, e pelo Primeiro-ministro libanês, Najib Mikati, é um passo positivo. Tal como disse o Presidente dos Estados Unidos da América, Joe Biden, é um passo que mostra que «a paz é possível»: uma paz para a Palestina e para Israel.

Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual aprovar o Concurso Extraordinário do Programa Renda Acessível, o qual vigorará até à efetiva e integral atribuição da bolsa de 17 fogos, com a aplicação dos seguintes requisitos específicos:

1 - Valores máximos e mínimos do rendimento:

a) **O valor máximo do rendimento global** do agregado habitacional, em função da composição do agregado, é o correspondente ao valor mínimo atualmente estabelecido para o PRA, no ponto 1.1. do Anexo IV do RMDH para um agregado habitacional:

- 1.º adulto (não dependente): 100 % da retribuição mínima nacional anual - Por cada adulto adicional (não dependente): 50 % da retribuição mínima nacional anual.

b) **O valor mínimo do rendimento global** anual do agregado habitacional é de 6 111,12 euros, que corresponde a 12 vezes o indexante de apoios sociais (IAS), valor fixado anualmente por portaria do Governo, e que no presente ano se fixou em 509,26 euros.

2 - A renda resultará da aplicação da taxa de esforço de 23 % ao rendimento global do agregado por paralelismo à taxa de esforço máxima do regime de Arrendamento Apoiado, fixada nos termos do artigo 21.º-A da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, alterada pela Lei n.º 32/2016, de 24 de Agosto, permitindo rendas inferiores ao estipulado no ponto 3.1 do Anexo IV, acrescido da bonificação de 2 % por cada pessoa dependente, nos termos da alínea b) do ponto 1.3 do Anexo IV do RMDH, reduzindo assim o peso da renda face ao tipo de agregados que serão abrangidos neste Concurso;

3 - Submissão da nota de liquidação de IRS do Agregado Habitacional, ou, na sua falta, certidão de dispensa de apresentação de IRS e comprovativo de residência no concelho de Lisboa;

4 - Com exceção dos requisitos específicos constantes da presente proposta, o Concurso Extraordinário rege-se pelas normas do Programa de Renda Acessível previstas no artigo 28.º e seguintes do RMDH e respetivos anexos.

(Aprovada por unanimidade.)

- **Deliberação n.º 761/CM/2024 (Proposta n.º 761/2024)**

- Subscrita pela Vereadora Filipa Roseta, pela Vereadora Paula Marques, pela Vereadora Floresbela Pinto e pelo Vereador Rui Franco:

Aprovar o Concurso do Programa de Renda Acessível com requisitos específicos para pessoas com mobilidade condicionada

Pelouros: Habitação, Obras Municipais e Relação com as Juntas de Freguesia.

Serviço: DMHDL.

Considerandos:

1 - Foi aprovada em Reunião de Câmara Extraordinária de 5 de julho de 2024 a Deliberação de Câmara n.º 406/CM/2024 - **Medidas específicas para garantir o acesso de pessoas com mobilidade condicionada ao arrendamento habitacional na cidade de Lisboa**, publicada no 3.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1586;

2 - O ponto 2 da referida Deliberação determina que, nos termos do n.º 3 do artigo 30.º do Regulamento Municipal do Direito à Habitação (RMDH), seja aplicada a condição específica de acesso de «agregado familiar com pessoa(s) com mobilidade condicionada» em pelo menos 10 % dos fogos municipais colocados a concurso para atribuição de habitação com renda acessível;

3 - O artigo 30.º do RMDH, sob a epígrafe «requisitos de acesso», elenca os requisitos gerais de acesso ao Programa de Renda Acessível (PRA), sendo que o n.º 3 do mesmo artigo, determina que a Câmara pode deliberar a aplicação de requisitos específicos, preferenciais ou de discriminação positiva para determinados segmentos de procura de habitação, nomeadamente para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida [alínea e)];

4 - Estando-se a aguardar o parecer do Conselho Municipal para a Integração da Pessoa com Deficiência, pretende-se lançar de imediato um concurso PRA constituído unicamente por habitações adequadas a este segmento de procura de habitação;

5 - A fim de se fixar o público-alvo deste Concurso extraordinário, fazendo-se uma atribuição ajustada das habitações aptas a pessoas com mobilidade condicionada, entende-se que os candidatos devem pertencer a agregados habitacionais em que um dos elementos possua mobilidade condicionada, com incapacidade permanente igual ou superior a 60 %, que necessite de apoio de uma ajuda técnica (nomeadamente, cadeira de rodas, canadianas, auxiliares de marcha) e que seja portador de atestado multiusos e de relatório médico comprovativo.

Assim, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere, nos termos da alínea i) do n.º 2 do artigo 23.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado como anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a abertura de um **Concurso do Programa Renda Acessível, o qual vigorará até à efetiva e integral atribuição da bolsa de 17 fogos** (correspondentes a 10 % dos fogos disponibilizados em Concurso de PRA desde a aprovação da Deliberação n.º 406/CM/2024, até à data) dirigido a um segmento específico de procura de habitação, ao abrigo da alínea e) do n.º 3 do artigo 30.º do RMDH, **com a aplicação do seguinte requisito específico:**

1 - É requisito de acesso um dos elementos do agregado habitacional possuir mobilidade condicionada, com incapacidade permanente igual ou superior a 60 %, e necessitar de apoio de uma ajuda técnica (nomeadamente, cadeira de rodas, canadianas, auxiliares de marcha) e que seja portador de atestado multiusos e de relatório médico comprovativo;

2 - Para além do requisito específico constante do ponto anterior, é exigível a verificação de todos os restantes requisitos de acesso previstos no artigo 30.º do RMDH, bem como as restantes normas que regem os concursos do Programa de Renda Acessível constantes do RMDH.

(Aprovada por unanimidade.)

- Deliberação n.º 762/CM/2024 (Proposta n.º 762/2024)
- Subscrita pela Vereadora Filipa Roseta:

Deliberar, aprovando, com ratificação do ato praticado na pendência do Procedimento, de aprovação da nova fórmula de revisão de preços ao abrigo do Decreto-Lei n.º 36/2022, de 20 de maio (Despacho de 2024/07/09 do diretor municipal de Manutenção e Conservação, Arq.º Manuel Abílio, sobre a Informação n.º 1653/DGES/24) a despesa que decorre da revisão de preços ordinária definitiva dos Autos n.ºs 1 a 19 e provisória dos Autos n.ºs 20 a 24 (2.ª revisão de preços) e da revisão de preços extraordinária definitiva dos Autos n.ºs 1 a 25 e provisória do Auto n.º 26 (3.ª revisão de preços), da Empreitada n.º 36/DMMC/DHM/DPH/2020 - «Requalificação de espaço público e edificado da Vila Romão da Silva, Rua Professor Sousa da Câmara, 1/10 e 140/148, Campolide»

Pelouro: Manutenção e Obras Municipais.

Serviço: DMMC/DGES.

Considerando que:

- I** - A Câmara Municipal de Lisboa, por Deliberação em Reunião datada de 15 de dezembro de 2021, nos termos da Proposta n.º 755/2021, aprovou a adjudicação da Empreitada n.º 36/DMMC/DHM/DPH/2020 - «Requalificação de espaço público e edificado da Vila Romão da Silva, Rua Professor Sousa da Câmara, 1/10 e 140/148, Campolide», à firma OPENLINE PORTUGAL, S. A.;
- II** - A empreitada foi adjudicada pelo montante de 3312555 euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor de 6%, no montante de 198 753,30 euros, totalizando 3 511 308,30 euros, com um prazo de execução de 720 dias e de manutenção dos espaços verdes de 180 dias;
- III** - Entre as Partes, foi celebrado, por escrito, com data de 3 de fevereiro de 2022, o Contrato de empreitada n.º 21047869;
- IV** - Em 27 de junho e 23 de julho de 2024, veio o adjudicatário requerer, junto da CML, respetivamente, as 2.ª e 3.ª revisões de preços da empreitada;
- V** - Os pedidos do adjudicatário foram analisados, atento o disposto no artigo 382.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), onde se estabelece que o preço fixado nos contratos para os trabalhos de execução de empreitadas de obras públicas deve ser, obrigatoriamente, objeto de revisão nos termos contratualmente estabelecidos e de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro e a consideração de que a fórmula de revisão de preços é, respetivamente, a constante do n.º 2 da Cláusula 33.ª do Caderno de Encargos (2.ª revisão de preços) e, a nova fórmula de revisão de preços extraordinária, proposta pelo

adjudicatário e aceite pela CML, de acordo com as alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 36/2022, de 20 de maio, conjugado com o Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, e prorrogado pelo Decreto-Lei n.º 67/2022, de 4 de outubro e pelo Decreto-Lei n.º 49-A/2023, de 30 de junho, nos termos da Informação n.º 1653/DGES/24, de 9 de julho de 2024 e despacho do diretor municipal de Manutenção e Conservação, Arq.º Manuel Abílio Ferreira, de 9 de julho de 2024, em substituição da prevista no n.º 2 da Cláusula 33.ª do Caderno de Encargos (3.ª revisão de preços);

VI - A análise dos pedidos do adjudicatário foi feita pela Divisão de Controlo de Empreitadas (DCE), mediante respetivamente, a Informação n.º 1843/DGES/24, datada de 24 de julho de 2024, referente ao cálculo da revisão de preços definitiva dos Autos n.ºs 1 a 19 e provisória dos Autos n.ºs 20 a 24, e a Informação n.º 2315/DGES/24, datada de 24 de setembro de 2024, na qual se procedeu ao cálculo da revisão de preços definitiva dos Autos n.ºs 1 a 25 e provisória do Auto n.º 26, da referida empreitada, por recurso aos índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio, referentes aos respetivos períodos considerados, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços, conforme consta dos Avisos aí elencados;

VII - O processo de apreciação e cálculo dos pedidos de revisão de preços anteriormente descritos, tendo em conta a anterior revisão de preços aprovada nos termos da Proposta n.º 398/2024, referente à 1.ª revisão de preços no montante de 127 072,83 euros, através de Deliberação em Reunião de Câmara de 5 de julho de 2024, apurou, relativamente à 2.ª revisão de preços, o montante de 236 184,87 euros (363 257,70 euros - 127 072,83 euros), acrescido do valor do IVA à taxa legal de 6 % no montante de 14 171,09 euros, totalizando 250 355,96 euros, e relativamente à 3.ª revisão de preços, o montante de 123 392,80 euros [(486 650,50 euros - 363 257,70 euros) (127 072,83 + 236 184,87)], acrescido do valor do IVA à taxa legal de 6 % no montante de 7403,57 euros, totalizando 130 796,37 euros;

VIII - Consequentemente, a Divisão de Controlo de Empreitadas (DCE), comunicou ao adjudicatário respetivamente, por fax n.º 612/DGES/2024, remetido a 4 de julho de 2024 e por fax n.º 803/DGES/2024, remetido a 4 de setembro de 2024, a intenção de propor à entidade competente a aprovação das revisões de preços pelos montantes supra referidos, concedendo-lhe o prazo de 10 dias úteis, nos termos do disposto nos artigos 121.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, para, querendo, se pronunciar;

IX - Em sede de audiência prévia, o adjudicatário concordou com os montantes apurados, respetivamente mediante comunicações eletrónicas, datadas de 4 de julho de 2024 e de 6 de setembro de 2024;

X - Na sequência das audiências prévias realizadas, foram elaboradas respetivamente, as já referidas Informações n.º 1843/DGES/24, datada de 24 de julho de 2024 e n.º 2315/DGES/24, datada de 24 de setembro de 2024;